SAMUEL HANAN

Engenheiro, empresário, e foi vice-governador do Amazonas (1999-2002)

O que separa uma nação verdadeiramente desenvolvida de um gigante econômico emergente?

A resposta não está no tamanho do seu Produto Interno Bruto (PIB), na extensão de suas fronteiras ou na exuberância de suas riquezas naturais. Está, fundamentalmente, na qualidade de vida que ela entrega ao seu povo. Quando nos deparamos com o dado de que o Brasil ocupa apenas a quarta posição entre os doze países da América do Sul no ranking de Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da Organização das Nações Unidas (ONU), a sensação não pode ser de mera surpresa; deve ser de profunda indignação e inconformismo.

Ficar atrás de vizinhos como Chile, Argentina e Uruguai em um indicador que mensura pilares tão básicos e vitais — saúde, educação e renda per capita — é o reflexo de um paradoxo histórico que o Brasil carrega e que teimamos em não resolver. Somos, de longe, o maior país da região, uma potência agrícola e industrial, detentores de uma das maiores economias do planeta. No entanto, o gigantismo geográfico e financeiro do nosso país contrasta, de forma dolorosa, com a nossa pequenez na distribuição e na eficácia dos serviços essenciais que moldam a dignidade humana.

O IDH não é uma métrica subjetiva ou um capricho estatístico. Ele traduz a realidade crua: a expectativa de vida ao nascer, o acesso e a permanência na escola, e o poder de compra real do cidadão comum. Longe de liderar em qualidade de vida, o Brasil se arrasta em uma média que esconde abismos regionais brutais. O que falha no modelo brasileiro não é a nossa capacidade de gerar riqueza, mas sim a nossa crônica ineficiência na gestão pública e na conversão dessa riqueza em bem-estar social.

A saúde pública brasileira oscila entre o heroísmo de um sistema universal subfinanciado e o colapso estrutural que custa vidas em filas de espera. A educação, embora tenha expandido o acesso nas últimas décadas, patina tragicamente na qualidade, falhando em preparar as novas gerações para os desafios de uma economia global baseada no conhecimento e na tecnologia. E a nossa renda per capita patina em um cenário de baixa produtividade e de concentração de renda crônica, onde o crescimento econômico raramente se traduz em prosperidade palpável para a base da pirâmide.

Nenhum brasileiro consciente e comprometido com o futuro desta nação pode se dar por satisfeito com essa quarta colocação. Aceitar esse diagnóstico de braços cruzados é chancelar a perpetuação de um Brasil de duas velocidades: o da elite econômica integrada ao mundo moderno e o da imensa maioria que luta para ver garantidos os seus direitos mais elementares.

O caminho para reverter esse quadro não passa por discursos populistas ou medidas paliativas de curto prazo, mas por reformas estruturais profundas que coloquem o desenvolvimento humano no centro da estratégia de Estado. Precisamos de um choque de gestão na saúde, de uma revolução pedagógica que valorize o professor e a inovação na escola, e de políticas que estimulem a produtividade nacional e a geração de empregos qualificados. O Brasil tem dimensão, recursos e vocação para liderar a América do Sul e ser protagonista global não apenas em balança comercial, mas em dignidade e qualidade de vida. O conformismo é o nosso pior inimigo; o IDH é o nosso alerta de que o futuro tem pressa.

YORKI ESTEFAN

Presidente do SindusCon-SP

Menos burocracia, mais moradias

Imagine abrir uma empresa e descobrir que seu produto precisa obedecer a uma legislação diferente em cada um dos 645 municípios do estado de São Paulo. Agora amplie esse cenário para os mais de 5 mil municípios brasileiros. Parece inviável, mas essa é justamente a realidade da construção civil. Seria como exigir que uma montadora fabricasse um modelo diferente de automóvel para cada cidade do país.

Quem atua na construção civil convive diariamente com esse cenário. O setor ainda precisa lidar com centenas de códigos de obras, normas, interpretações e procedimentos distintos. Em muitos casos, um empreendimento aprovado em um município precisa ser redesenhado para atender às exigências da cidade vizinha. Essa fragmentação reduz a produtividade, aumenta os custos, prolonga os prazos e, no fim, encarece o imóvel para o comprador, especialmente o de menor renda.

Em um país que ainda enfrenta um elevado déficit habitacional, essa ineficiência deixa de ser apenas um problema do setor. Ela afeta diretamente a capacidade de o Brasil produzir moradias em escala, com qualidade e a preços mais acessíveis.

A industrialização da construção deixou de ser uma tendência para se tornar uma necessidade. A escassez de mão de obra, o envelhecimento dos trabalhadores e a crescente demanda por habitação exigem um modelo mais eficiente de produção. O setor já dispõe de soluções capazes de elevar significativamente a produtividade, como fachadas pré-fabricadas, banheiros prontos, estruturas modulares e processos digitais.

Participei recentemente do Summit da Construção, promovido pela Abrainc, que contou com a presença do ministro das Cidades, Vladimir Lima. O encontro deixou claro que o Brasil já dispõe de tecnologia e capacidade produtiva para avançar em ritmo muito mais acelerado. A padronização de processos pode reduzir entre 15% e 20% o custo direto das obras, gerando ganhos expressivos de produtividade para um setor estratégico e ampliando a oferta de moradias, especialmente no âmbito do programa Minha Casa, Minha Vida.

O problema é que muitas dessas soluções ainda esbarram em regras que não acompanharam a evolução tecnológica. Em São Paulo, por exemplo, fachadas industrializadas dependem do uso de gruas para instalação. No entanto, a legislação municipal impede que a lança do equipamento ultrapasse os limites do terreno, ao contrário do que ocorre em diversas cidades no exterior. Há também restrições logísticas que obrigam a entrega de determinados materiais apenas no período noturno, o que limita a operação e reduz a eficiência dos canteiros.

O SindusCon-SP entende que padronizar não é engessar. É remover entraves desnecessários para que a construção civil brasileira possa produzir mais, melhor e com menor custo. Se o país quer enfrentar seu déficit habitacional de forma séria, precisa começar pela modernização das regras que hoje atrasam o setor.

MÁRIO GALÁN SALIMON

Jornalista, cineasta, pesquisador e escritor

Um povo corno?

Existe algo mais desconfortável na política brasileira do que admitir que somos enganados repetidamente. É reconhecer que, em muitos casos, sabemos disso e, ainda assim, escolhemos mal. O problema não é falta de informação ou simples manipulação. Há um padrão mais profundo, quase um pacto silencioso, em que o eleitor aceita resultados ruins como parte do jogo. A indignação aparece, mas não reorganiza o comportamento. E isso tem menos a ver com ignorância do que com o ambiente em que essas escolhas são feitas.

O conceito de anomia ajuda a iluminar esse quadro. Não se trata da ausência de regras, mas de um estado em que elas perdem capacidade de orientar a ação. As instituições continuam produzindo normas, discursos e promessas, mas esses elementos deixam de se conectar com a experiência concreta. A lei existe, mas não garante previsibilidade. A moral é invocada, mas aplicada de forma errática. O discurso político, embebido em doses cavalares de óleo de peroba, promete futuros brilhantes sem quaisquer compromissos com expectativas reais. Nesse ambiente, cidadãos mantêm seus critérios morais no plano do discurso, mas passam a utilizá-los em baixa intensidade, como quem já não acredita plenamente na eficácia do próprio julgamento.

A anomia explica esse descolamento entre metas e meios. A sociedade continua defendendo objetivos como desenvolvimento, justiça e eficiência, mas os caminhos para alcançá-los parecem bloqueados, distorcidos ou ineficazes, de modo que o comportamento, então, se adapta. Não porque as pessoas deixaram de distinguir o certo do errado, mas porque concluem que seguir estritamente as regras produz poucos resultados. Forma-se uma zona cinzenta em que o desvio deixa de ser exceção para se tornar um movimento funcional.

Nessas condições, instala-se uma normalidade anômica. O eleitor reconhece falhas nos candidatos, mas já não encontra meios confiáveis para transformar esse reconhecimento em escolhas melhores. O juízo moral perde força prática. A cada eleição, absorve-se o absurdo, e o escândalo deixa de representar ruptura para se tornar variável esperada no circo em que se converteu o espaço público. Isso ajuda a explicar por que figuras claramente problemáticas continuam eleitoralmente viáveis. Não porque convençam plenamente, mas porque operam em um sistema de expectativas rebaixadas. O eleitor deixa de buscar o melhor possível e passa a procurar aquilo que parece funcionar em um arranjo percebido como inevitavelmente disfuncional.

Essa dinâmica altera a relação com o poder. O político já não precisa ser exemplar, mas apenas tolerável. Promessas descumpridas perdem peso porque, em um ambiente considerado estruturalmente imperfeito, sobreviver politicamente passa a valer mais do que entregar resultados. Aos poucos, o desajuste é normalizado. A incoerência deixa de ser percebida como falha grave e o cinismo político passa a integrar a linguagem cotidiana.

Os eleitores, longe de serem apenas vítimas, também operam nessa lógica adaptativa. Reclamam, ironizam e criticam, mas raramente alteram seu padrão de escolha. A crítica encontra fundamento não como julgamento moral simplista, mas como constatação de um comportamento coletivo reiterado. Quando escolhas frustrantes se repetem por sucessivos ciclos eleitorais, já não se trata de erros ocasionais, mas de um sistema disfuncional, no qual a própria ideia de transformação perde totalmente a credibilidade.

O mais inquietante é que esse sistema não depende de ocultação. As falhas são públicas, os problemas, conhecidos, e os desvios, discutidos sem maior constrangimento. Ainda assim, a informação não reorganiza a ação. A anomia enfraquece a capacidade de converter percepção em decisão eficaz, fazendo com que o voto deixe de ser instrumento de transformação para se tornar mero mecanismo de adaptação.

Nesse contexto, a metáfora do corno deixa de ser apenas um insulto e adquire valor analítico - ainda que imperfeito -, ao descrever a manutenção consciente de relações que já não funcionam. Note-se, contudo, que essa pecha individualiza um fenômeno que é, de fato, estrutural. O problema não é apenas a fraqueza de quem permanece, mas um ambiente que reduz a capacidade de ruptura. Enquanto essas condições persistirem, a alternância de nomes e partidos produzirá apenas variações marginais. Afinal, o problema político contemporâneo talvez não seja apenas o ato de escolher mal, mas a perda das condições necessárias para escolher bem.